30 *Discurso na III Reunião Ministerial*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 8 DE SETEMBRO DE 1999

Senhores Ministros, Secretários, Líderes,

Em meu discurso de posse deste segundo mandato, disse que não havia sido eleito para gerenciar a crise, mas para superá-la.

Depois de alguns meses de luta tenaz contra os interesses especulativos, a descrença, o pessimismo e mesmo o oportunismo dos que confundem seus objetivos políticos com o interesse nacional, estamos prontos para retomar o caminho aberto pelo Plano Real: crescimento com estabilidade.

As nuvens tormentosas de janeiro e fevereiro, com os prognósticos de inflação galopante e recessão profunda – que, não fosse a ação enérgica da sociedade e do Governo, poderiam ter-nos levado à perda de rumo –, estão se dissipando.

Mantida a firmeza de propósitos, garantidos os superávits necessários para conter o impacto crescente da dívida interna, ao invés de um horizonte de preços galopantes e aumento do desemprego ocasionado pelo aprofundamento da recessão, vêem-se sinais de crescimento econômico.

Não me deixei abater nos piores momentos. Não me faltará energia agora para prosseguir no rumo traçado.

Sei dos sacrifícios do povo. Custou-me concordar com aumentos de gasolina e de tarifas. Por mais que existam explicações para eles, e até mesmo que sejam impositivos em função da desvalorização da moeda e do aumento de preços externos, dói ver nossos compatriotas arcarem com esse ônus. Indigna, mais ainda, ver preços que não precisam mover-se tanto, como o de alguns remédios, pesarem no bolso do povo.

Tudo isso impõe a mim e ao Governo responsabilidades ainda maiores para a retomada do ritmo de crescimento e da melhoria de vida dos brasileiros. Por isso mesmo, não cederei à tentação fácil da busca de popularidade por intermédio de medidas demagógicas que mais enganam do que superam a crise.

Para que continuemos no rumo do Plano Real, é preciso criar as condições econômicas favoráveis ao crescimento, induzir as inversões nas áreas de infra-estrutura e social e dar guerra sem quartel às condições que fazem prevalecer a pobreza.

Hoje, estamos aqui para falar do Avança Brasil, que é nosso carro-chefe (embora não o único programa) para organizar a ação do Governo e as parcerias com a sociedade na área de infra-estrutura e nas áreas sociais básicas.

O Avança Brasil tem viabilidade. Resulta de muitos meses de trabalho de centenas de técnicos do Governo e da iniciativa privativa. O Orçamento do ano 2000 engloba o Avança Brasil. São portanto compatíveis. Por outro lado, não existiria o Avança Brasil sem a experiência anterior, bem-sucedida, do Brasil em Ação.

Na caminhada para a reformulação das práticas administrativas e orçamentárias, muitos colaboraram. No Ministério do Planejamento, na Casa Civil, na Fazenda, nos Ministérios de ação finalística. Alguns ministros deixaram o Governo. A eles o Brasil muito deve e eu também. Outros se somaram. A mesma coisa se diga dos técnicos e funcionários. Mas o Governo é o mesmo. Continuará levando adiante as modificações que a sociedade e o Estado requerem.

Todos os ministérios estarão engajados no Avança Brasil, bem como no ajuste fiscal. Crescimento e estabilidade não se contradizem e não devem ser objeto de ministérios específicos. São objetivos de todo o Governo.

Todos os ministros debaterão com a sociedade, nos estados e no Congresso, para mostrar os caminhos de um futuro melhor através do Avança Brasil.

Não quero terminar essa breve exposição inicial sem mencionar dois outros compromissos fundamentais que assumi com a Nação ao reeleger-me.

Se tive a energia para mudar alguns parâmetros fundamentais de nossa economia em plena crise, assumindo os riscos inerentes à decisão; se pago até hoje o preço da mudança; se não me lamento com eventuais injustiças de julgamentos prematuros (só à história cabe fazer julgamentos definitivos), não esmorecerei para levar às últimas conseqüências as decisões necessárias para retomar o crescimento, mantendo a estabilidade.

Chamei para o Governo homens que foram líderes no setor produtivo e entreguei-lhes Pastas cruciais para o desenvolvimento, tanto na agricultura quanto na indústria. A eles entreguei também tarefas de coordenação das exportações e de integração nacional. Sinal mais claro de compromisso com o desenvolvimento não pode haver.

Assumi, de público e com o pleno engajamento do Ministério da Fazenda e do Banco Central, a luta contra juros impeditivos do crescimento e do oferecimento de melhores oportunidades para os que produzem no Brasil.

Os resultados iniciais dessa política estão à vista: nunca a taxa de juros paga pelo Banco Central, em termos reais, foi tão baixa nos últimos anos.

Iniciamos agora a reversão dos fatores que dificultam a queda das taxas de juros no setor privado. Levaremos a cabo essa tarefa com competência, sem ingerências políticas descabidas, mas com afinco.

Para o êxito continuado desses esforços, o Governo e o País precisam ter e despertar confiança.

Quanto ao Governo, fica clara a determinação: as diretrizes de recuperação do crescimento com estabilidade são minhas e de mais ninguém. Por conseguinte, cabe aos Ministros cumpri-las. O debate franco e fraterno há de existir no interior do Governo, sujeito às minhas decisões. Discrepâncias públicas não serão admitidas. Só com unidade de propósitos e de formas de comportamento e com a coordenação das ações ganham-se o respeito e a credibilidade necessários para que o Brasil avance.

Determino aos Senhores Ministros que designem, no prazo que lhes será dado, os gerentes responsáveis por cada programa do Avança Brasil e se concentrem na melhoria da gestão.

A confiança requer também que o País perceba avanços claros nas reformas que serão capazes de salvar o Estado do endividamento e tornar a produção menos onerada.

Mudei a forma de entrosamento entre Governo e Congresso para torná-la mais ágil e previsível em seus resultados.

Temos uma agenda definida nas duas Casas Legislativas. A imensa maioria das decisões será sustentada por maioria simples ou qualificada. Só no caso dos tributos e da reforma do Judiciário há o requisito dos 3/5.

Um governo que teve até hoje a sustentação no Congresso referendada no placar de votação, sem quase nunca haver perdido, não teme pedir de novo apoio ao Congresso Nacional.

Precisamos aprovar logo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a reforma tributária e as leis complementares à reforma da Previdência, sem mencionar o Avança Brasil e o Orçamento do ano 2000.

As responsabilidades pelos três blocos de questões mencionados estão, respectivamente, com os Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Previdência. Com a coordenação política do Governo e dos Líderes partidários, em franca sintonia com a Presidência das duas Casas Legislativas, o cronograma de votação está definido.

O Brasil precisa dessas decisões com a máxima rapidez.

O Congresso assumindo suas responsabilidades, como tem feito, a área econômica cuidando de manter os juros em tendência declinante

em consonância com os progressos no controle da inflação e com o avanço das reformas, não hesito em concluir dizendo:

Romperemos o próximo século em ritmo de crescimento de, pelo menos, 4%, com inflação cadente e visando ao essencial para um país que não se pode confundir com o mercado: mais emprego aos brasileiros e melhores condições de vida para acabar com a miséria. O Avança Brasil é o roteiro para o reencontro dos brasileiros com a esperança.